

CONTRATO CEDAE N.º 054 /2018 (DF)

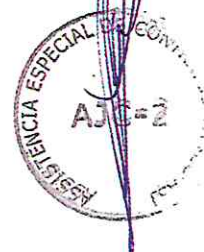
Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **BAUMINAS-QUÍMICA N/NE LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e **BAUMINAS QUÍMICA N/NE LTDA.**, sediada na Rodovia Indio Tibiriçá, nº 4.033, Vila Sol Nascente, Suzano - SP, CEP: 08.620-000, inscrita no CNPJ sob o nº 23.647.365/0001-08, neste ato por meio de seu Procurador ao final assinado, Sr. CLAUDINEI MARCOS MARINHO, brasileiro, coordenador de licitações, portador da carteira de Identidade nº M-6.676.700 SSP/MG, inscrito no CPF sob n. 819.769.336-68, residente e domiciliado na Rua Doutor Euclides Vieira, nº 647, apto 63, Parque São Quirino, Campinas - SP, CEP: 13.088-280, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de **"AQUISIÇÃO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO EM SUSPENSÃO AQUOSA"** com fundamento no **Processo Administrativo nº E-07/100.370/2017**, mediante **Pregão Eletrônico nº 309/2018 (ASL-DP)**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864 de 2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO EM SUSPENSÃO AQUOSA"**, itens 01 e 02, do Anexo III ao Edital.

ITENS	DESCRIÇÃO	COTA	Qtd. (Kg)	MARCA/REFERÊNCIA
01	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO EM SUSPENSÃO AQUOSA	PRINCIPAL	144.000	HIDROXAN - BAUMINAS
02		RESERVADA	42.000	



PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a necessidade da **CEDAE** seja inferior à quantidade estimada de utilização do produto, considerar-se-á concluído o objeto ao final do prazo de vigência do contrato, ainda que haja saldo do produto a ser entregue, ressalvadas as situações previstas nos parágrafos primeiro e segundo da cláusula segunda.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso e conclusão do objeto contratado sem entrega total da quantidade estimada do produto conforme descrito no parágrafo primeiro, o contratado fará jus apenas ao recebimento do valor proporcional à quantidade efetivamente entregue.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato será de **360 (trezentos e sessenta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento, conforme cronograma de Fornecimento e Previsão de Consumo Constante no Termo de Referência (Anexo III do edital).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Admite-se a prorrogação do contrato se, ao final do prazo de vigência, ainda houver quantidade de produto a ser entregue, e desde que demonstrada a vantagem para **CEDAE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Admite-se, ainda, a prorrogação do contrato no caso de acréscimo quantitativo de seu objeto, na forma do art.65 da Lei nº 8.666/93, desde que demonstrada a vantagem para a **CEDAE**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

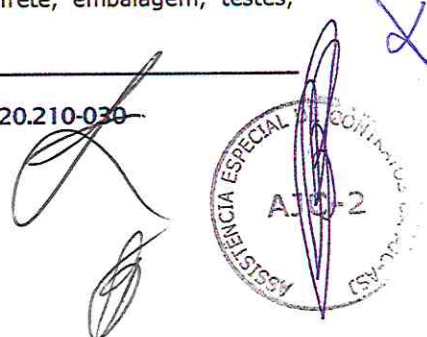
Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo às condições do Edital do **Pregão Eletrônico nº 309/2018 (ASL-DP)** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes,



seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;

c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;

d) responder pelo contrato na forma da lei.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 339030-21
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110207
Centro de Custos: DP22020000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000544.

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 79.050,00 (setenta e nove mil e cinquenta reais)**, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	COTA	Valor unitário	Qtd. (Kg)	Valor
01	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO EM SUSPENSÃO AQUOSA	PRINCIPAL	R\$ 0,425	144.000	R\$ 61.200,00
02		RESERVADA	R\$ 0,425	42.000	R\$ 17.850,00
VALOR TOTAL					79.050,00

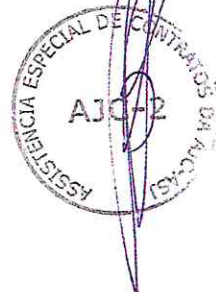
CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da **CEDAE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;



b) definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O **CONTRATADO** é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

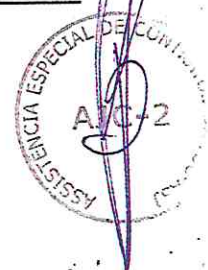
A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 79.050,00 (setenta e nove mil e cinquenta reais)**, em parcelas, de acordo com as quantidades fornecidas e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material correspondente a cada parcela, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas "a", "c" e "d", do art. 2º da Resolução SER 047/2003, e mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13/05/2005. Valor dispensado de R\$ _____ (valor por extenso)".

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplimento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplimento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.



PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

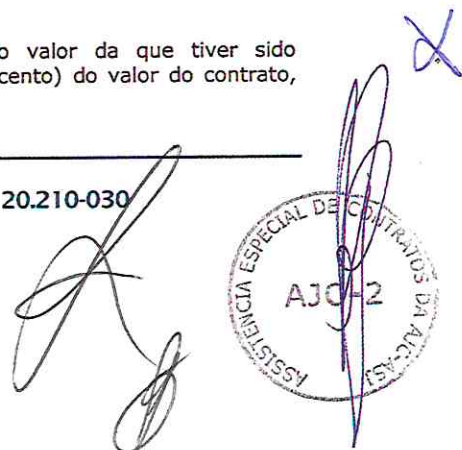
PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80;
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

- a) corresponderá individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.



Handwritten signature and official stamp of the Special Contracting Assistant (Assistente Especial de Contratos) with the number AJO-2.

- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com da aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO: O valor das multas previstas na alínea "b", do caput, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

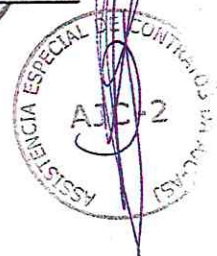
PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, prevista na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pela CEDAE no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.



PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE**, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO DE ELEIÇÃO


Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.


Rio de Janeiro, 08 de maio de 2018.


Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente



HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações
com Investidores

Pela **CONTRATADA**:


CLAUDINEI MARCOS MARINHO
Procurador


Talisa Marsola Spaduzano
RG: 33.687.973-8 – SSP/SP
CPF: 303.953.118-29

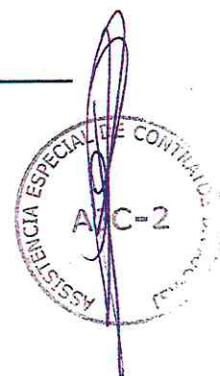
TESTEMUNHAS:


MARINA MARTINS VEIGA
RG nº 32.719.979-9
CPF nº 319.978.638-39

Ref. Contr-BAUMINAS-QUÍMICA-N/NE-LTDA -aquisição-aquisição-de-hidróxido-de-cálcio-PE-309-2018-VB



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



[illegible]

DATA DA ASSINATURA: 22/02/2018.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/102.377/2011 (CN 201/2012).
*Omitido no D.O. de 23/02/2018.

A assinatura não possui validade quando impresso.

Secretaria de Estado do Ambiente

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
CORREGEDORIAATO DO CORREGEDOR
DE 16.05.2018

APLICA a sanção disciplinar de ADVERTÊNCIA a servidora Márcia Araújo de Pinho, ID Funcional nº 21438857, nos termos do art. 294, ambos do Decreto nº 2479/1973, conforme consta dos autos da Sindicância Sumária nº E-07/002.8292018. Id: 2107164

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
CONSELHO DIRETORDESPACHOS DO CONSELHO-DIRETOR
DE 15.05.2018

PROCESSO Nº E-07/002.1689/2014 - CONDOMÍNIO PRAIA DO ENGENHO - Auto de Infração nº SUPSIC/EAU0140553, face ao deliberado pelo CONDIR, no item VIII, da ATA 257ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais, de 28 de setembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria do INEA GC nº 49/2018, de 11 de maio de 2018, tendo em vista manifesta preclusão, deixa-se de processar o recurso.

DE 16.05.2018

PROCESSO Nº E-07/002.13578/2014 - VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S/A - Auto de Infração nº SUPSIC/EAU0143559, face ao deliberado pelo CONDIR, no item VII, da ATA 266ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais de 30 de novembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria do INEA GC nº 29/2018, de 11 de maio de 2018, tendo em vista manifesta preclusão, deixa-se de processar o recurso.

PROCESSO Nº E-07/203.663/2008 - SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A - Auto de Infração nº COFISEAI/0133718, face ao deliberado pelo CONDIR, no item VIII, da ATA 257ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais, de 28 de setembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria G/A nº 39/2018, de 14 de maio de 2018, tendo em vista manifesta intertemporalidade, deixa-se de processar o recurso.

PROCESSO Nº E-07/002.13636/2014 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA - Auto de Infração nº SELSIC/EAU0142234, face ao deliberado pelo CONDIR, no item VII, da ATA 266ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais de 30 de novembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria do INEA RCD nº 29/2018, de 11 de maio de 2018, tendo em vista manifesta preclusão, deixa-se de processar o recurso.

DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO
GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOASDESPACHOS DA GERENTE
DE 17.05.2018

PROCESSO Nº E-07/510.609/2012 - De acordo com a Deliberação nº 469/1991, procedemos à apuração de Tempo de Serviço para fins de Licença-Prêmio do servidor JORGE MOREIRA ARAUJO FILHO, ID nº 2148564-0, Cargo Técnico Ambiental. Sendo assim, autorizo a concessão de 03 (três) meses do benefício, tendo em vista o direito, relativos ao quinquênio de 03/07/2012 a 01/07/2017.

PROCESSO Nº E-07/506.481/2011 - De acordo com a Deliberação nº 469/1991, procedemos à apuração de Tempo de Serviço para fins de Licença-Prêmio do servidor JOSÉ QUIRINO MATOS, ID nº 21478317, Cargo Engenheiro. Sendo assim, autorizo a concessão de 03 (três) meses do benefício, tendo em vista o direito, referentes ao período base de 16/02/2013 a 14/02/2018. Id: 2107167

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 06/04/2018

DESIGNA ANA CLAUDIA FERREIRA RIBEIRO DA LUZ CRUZ, Analista de Qualidade C, como Presidente, JOAO RICARDO CONSTANTINO, Técnico de Laboratório III, PAULO GOMES DO COITO, Agente de Saneamento II, como membros titulares e DIANA GUEDES FERREIRA, Técnica de Laboratório II, como membros suplentes, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II e JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "AQUISIÇÃO DE HIDROXÍDO DE CÁLCIO", de que trata o Processo nº E-07/100.370/2017. Ordem de Serviço nº 15.036/2018. Id: 2107119

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 13/04/2018

DESIGNA MARCOS LUIZ JOSE MARTINS, Técnico de Saneamento II, como Presidente, DAVI FERREIRA DO MONTE, Agente de Saneamento G, WALLACE NEY CEREQUEIRA DA SILVA, Engenheiro B, ERASMO PIRUZZA DA SILVA JUNIOR, Agente de Saneamento G, OTAVIO GREGORIO DA SILVA FILHO, Agente de Saneamento G, LEANDRO TEIXEIRA PINTO, Engenheiro B, JOSE ANTONIO MARQUES FERREIRA, Agente de Saneamento G, OCTAVIO LEOZ NETO, Engenheiro B, LINDERLEY LEMOS DE ABREU, Técnico Eletromecânica II, WILSON ELIAS MIGUEL, Agente de Saneamento G, CARLOS NEVES FONTES, Técnico Eletromecânica II, RAFAEL COELHO BRAGA, Engenheiro A, ALBERTO JOSE SOARES, Agente de Saneamento G, CELSO SOARES SILVA, Agente de Saneamento I, RIVALDO DOS SANTOS DE SOUZA, Agente de Saneamento D, MANOEL AUGUSTO DOS SANTOS, Agente de Saneamento G, MARCUS VILNOLIS CORREA NEVES, Agente de Saneamento G, DEMILSON SOARES SILVA, Agente de Saneamento B, WILSON RAFAEL, Técnico Eletromecânica II, ROBERTA FERREIRA ESCH, Assessor de Departamento, WILSON VENTURA DA SILVA, Agente de Saneamento F, como membros titulares e CELSO JACINTO DA CRUZ, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II e JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "AQUISIÇÃO DE GAS ACETILENO", itens 01 e 02 do Anexo I do edital, de que trata o Processo nº E-07/100.309/2017. Ordem de Serviço nº 15.103/2018. Id: 2107118

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOSDESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 11/05/2018

PROCESSO Nº E-07/100.144/2017 - HOMOLOGO a licitação por Pregão Eletrônico nº 311/2018 (ASL-DP), realizado em 02/03/2018. Id: 2106993

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOSDESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 16/05/2018

PROCESSO Nº E-07/100.286/2017 - HOMOLOGO a licitação por Pregão Eletrônico nº 326/2018 (ASL-DP), realizado em 24/03/2018. Id: 2107001

Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e AbastecimentoSUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
COORDENADORIA ESTADUAL DE CONTROLE DE QUALIDADE
DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS INDUSTRIALIZADOSDESPACHOS DO COORDENADOR
DE 08.05.2018

PROCESSO Nº E-02/001/000565/2016 - Auto de Multa nº 29/2018 - CCOPA, datado de 03.05.2018, contra F.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS E TRANSPORTES LTDA ME, ficando o infrator ciente que, a partir desta publicação, terá o prazo de 30 dias para efetuar o pagamento e comparecer ao CCOPA, após será escrito na Dívida Ativa do Estado.

DE 14.05.2018

PROCESSO Nº E-02/00029/2004 - YAMATSU AGROPECUÁRIA LTDA - SIE 321 - AUTORIZO o registro do produto Ovos de codorna em conserva.

DE 15.05.2018

PROCESSO Nº E-02/007/001865/2018 - Auto de Infração nº 1306/2018, datado de 18.04.2018, contra M.H.M. DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, por descumprir a quaisquer das exigências sanitárias relativas ao funcionamento do estabelecimento e à higiene das dependências e dos equipamentos, bem como dos trabalhos de manipulação e preparo de matéria primas e produtos.

Id: 2107116

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO S/ADESPACHO DA DIRETORA-DE ADMINISTRAÇÃO
DE 16/05/2018

PROCESSO Nº E-02/04/03812/2017 - ADJUDICO e HOMOLOGO o resultado da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 007/2017, referente à Serviço de Segurança Armada em favor da Empresa EXCELENCIA SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (08.561.947/0001-83), que apresentou proposta ofertando o valor de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais).

Id: 2106965

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇASDESPACHO DA DIRETORA
DE 17/05/2018

PROCESSO Nº E-02/006/658/2018 - JOSE ANTONIO MOREIRA PINTO, ID Funcional nº 2093114-1, CONCEDO 03(três) meses de Licença-Prêmio relativa ao período base de 05/09/2012 a 04/09/2017, nos termos do artigo 129, do Decreto nº 2.473/75 e a Lei nº 1054/86.

Id: 2107111

Secretaria de Estado de Trabalho e Renda

ATOS DO SECRETÁRIO
DE 04/08/2017

MARIA NILMA RAMOS CHACARA, ID Funcional nº 50129937, CPF nº 348.216.946-20, brasileira, nascida em 12/01/1960, sexo feminino, Carteira de identidade nº 051933674, expedida pelo D.I.C.R.J., inscrita no PIS/PASEP sob o nº 1075325293, nomeada para exercer o cargo em comissão de Gerente, símbolo DAS-8, na Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, publicado no Diário Oficial de 07/08/2017, tomou posse e entrou em exercício em 01/08/2017, com validade a contar de 01 de agosto de 2017.

DE 25/08/2017

JULIANA FIGUEIREDO JEOVANI, ID Funcional nº 50504280, CPF nº 142.459.387-03, brasileira, nascida em 28/08/1997, sexo feminino, Carteira de identidade nº 203828398, expedida pelo D.I.C.R.J., inscrita no PIS/PASEP sob o nº 2067703076, nomeada para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DA1-6, na Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, publicado no Diário Oficial de 28/08/2017, tomou posse e entrou em exercício em 28/08/2017, com validade a contar de 28 de agosto de 2017.

DE 11/09/2017

LUIZ ANTONIO DA SILVA ALVES, ID Funcional nº 20169515, CPF nº 475.162.677-91, brasileiro, nascido em 13/12/1956, sexo masculino, Carteira de identidade nº 121570, expedida pelo C.R.A.R.J., inscrito no PIS/PASEP sob o nº 1070337369, nomeado para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, símbolo DG, na Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, publicado no Diário Oficial de 12/09/2017, tomou posse e entrou em exercício em 31/08/2017, com validade a contar de 31 de agosto de 2017.

JANDYRA LIMA TAVARES, ID Funcional nº 50904230, CPF nº 823.056.177-04, brasileira, nascida em 23/11/1953, sexo feminino, Carteira de identidade nº 070535473, expedida pelo D.I.C.R.J., inscrita no PIS/PASEP sob o nº 10657191393, nomeada para exercer o cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DA1-6, na Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, publicado no Diário Oficial de 12/09/2017, tomou posse e entrou em exercício em 04/09/2017, com validade a contar de 04 de setembro de 2017.

CAMILLA TAYAO DANTAS, ID Funcional nº 50904272, CPF nº 122.136.097-30, brasileira, nascida em 17/03/1982, sexo feminino, Carteira de identidade nº 223551272, expedida pelo D.I.C.R.J., inscrita no PIS/PASEP sob o nº 1303309054, nomeada para exercer o cargo em comissão de Ajudante II, símbolo DA1-2, na Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, publicado no Diário Oficial de 12/09/2017, tomou posse e entrou em exercício em 04/09/2017, com validade a contar de 04 de setembro de 2017.

DE 27/09/2017

THALITA RIBEIRO DIAS DE CAMPOS, ID Funcional nº 50107437, CPF nº 983.493.049-00, brasileira, nascida em 10/03/1983, sexo feminino, Carteira de identidade nº 14531600, expedida pelo S.S.P.R.J., inscrita no PIS/PASEP sob o nº 1199271319, nomeada para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAS-8, na Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, publicado no Diário Oficial de 28/09/2017, tomou posse e entrou em exercício em 27/09/2017, com validade a contar de 27 de setembro de 2017.

DE 09/10/2017

ANE MARY DE OLIVEIRA DRUMMOND, ID Funcional nº 42713501, CPF nº 072.096.027-54, brasileira, nascida em 16/12/1975, sexo feminino, Carteira de identidade nº 108433136, expedida pelo D.I.C.R.J., inscrita no PIS/PASEP sob o nº 12552900137, nomeada para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DA1-6, na Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, publicado no Diário Oficial de 10/10/2017, tomou posse e entrou em exercício em 09/10/2017, com validade a contar de 09 de outubro de 2017.

DE 10/10/2017

RAFAELA DE LIMA PAIVA, ID Funcional nº 43975542, CPF nº 126.416.697-04, brasileira, nascida em 25/03/1988, sexo feminino, Carteira de identidade nº 207756719, expedida pelo D.I.C.R.J., inscrita no PIS/PASEP sob o nº 13220389588, nomeada para exercer o cargo em comissão de Ajudante I, símbolo DA1-1, na Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, publicado no Diário Oficial de 11/10/2017, tomou posse e entrou em exercício em 04/10/2017, com validade a contar de 04 de outubro de 2017.

Id: 2107068

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 10/05/2018

*PROCESSO Nº E-22/001212/2018 - RATIFICO a inexigibilidade de licitação, com base no art. 26, e suas alterações, no valor de R\$ 238,16 (duzentos e trinta e oito reais e dezesseis centavos) em favor do Centro de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ, referente às despesas com a contratação de empresa especializada em confecção de certificado digital, tipo A3, nos termos da Autorização da senhora Chefe de Gabinete, autoridade ordenadora de despesas.

*Omitido no D.O. de 11/05/2018.

Id: 2107058

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 10/05/2018

*PROCESSO Nº E-22/001212/2018 - AUTORIZO a inexigibilidade de licitação, com base no art. 26, e suas alterações, no valor de R\$ 233,16 (duzentos e trinta e três reais e dezesseis centavos), em favor do Centro de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro

- PRODERJ, referente à despesa com a contratação de empresa especializada em confecção de certificado digital, tipo A3.

*Omitido no D.O. de 11/05/2018.

Id: 2107059

Secretaria de Estado de Cultura

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA FTM/RJ Nº 329 DE 16 DE MAIO DE 2018

PRORROGA O PRAZO ESTIPULADO NA
PORTARIA FTM/RJ Nº 307/2018.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - FTM/RJ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o prazo dos trabalhos da Comissão, constituída através da Portaria FTM/RJ nº 307, de 26/02/2018, pelo período de 60 (sessenta) dias, para apurar as irregularidades notificadas nos autos do Processo Administrativo nº E-16/0035400/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 22 de maio de 2018.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2018

FERNANDO LUIZ BICUDO
Presidente da FTM/RJ

Id: 2106966

FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA FUNARJ Nº 661 DE 03 DE MAIO DE 2018

ALTERA A PORTARIA FUNARJ Nº 647, DE 23 DE JANEIRO DE 2018, QUE TRATA DA COMISSÃO PERMANENTE DE VISTORIA DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS DE ACERVO DA FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNARJ.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNARJ, no uso de suas atribuições, conforme Decreto de 20/02/2018, publicado no D.O. de 21/02/2018, às fls. 08, e tendo vista o que consta no Processo nº E-13/002/621/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar, em parte, o art. 1º da Portaria FUNARJ nº 647, de 23 de janeiro de 2018, substituindo a servidora MÁRCIA FURTADO PEREIRA, ID Funcional 28679946, por FERNANDO FROES PEREIRA TRINDADE, ID Funcional 50281690.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 22 de fevereiro de 2018.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2018

NELSON ANTONIO DE FREITAS
Presidente

Id: 2106991

FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA FUNARJ Nº 662 DE 03 DE MAIO DE 2018

ALTERA A PORTARIA FUNARJ Nº 641, DE 08 DE JANEIRO DE 2018, QUE TRATA DA COMISSÃO PERMANENTE DE VISTORIA DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS ADMINISTRATIVOS DA FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNARJ.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNARJ, no uso de suas atribuições, conforme Decreto de 20/02/2018, publicado no D.O. de 21/02/2018, às fls. 08, e tendo vista o que consta no Processo nº E-18/002/019/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar em parte o art. 1º da Portaria FUNARJ nº 641, de 08 de janeiro de 2018, substituindo a servidora MÁRCIA FURTADO PEREIRA, ID Funcional 28679946, por FERNANDO FROES PEREIRA TRINDADE, ID Funcional 50281690.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 22 de fevereiro de 2018.

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2018

NELSON ANTONIO DE FREITAS
Presidente

Id: 2106992

Secretaria de Estado de
Esporte, Lazer e Juventude

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRODESPACHO DO PRESIDENTE
DE 15/05/2018

PROCESSO Nº E-30/002/1552/2018 - Louçada na Manifestação do Departamento de Administração e Finanças às fls. 11 DEFIRO o pagamento do Auxílio funeral, em nome de SANDRA MARIA DE LIMA, CPF 753.892.407-82.

Id: 2106993

Procuradoria Geral do Estado

DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL
DE 11/05/2018

PROCESSO Nº E-14/001.009629/2018 - RATIFICO a dispensa de licitação, para os efeitos do art. 26, da Lei nº 8.666/93, em favor do CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ, inscrito no CNPJ nº 30.121.578/0001-67, com fulcro no art. 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93, no valor total de R\$ 45.050,00 (quarenta e cinco mil e cinquenta reais), objetivando a contratação de 170 (cento e setenta) certificados digitais ICP-Brasil, tipo A3 (pessoa física), com tokens.

Id: 2106968

DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL
DE 16.05.2018

PROCESSO Nº E-14/1.003194/2018 - RECONHEÇO A DÍVIDA, louvado nas informações da folha 30, da Gerência de Recursos Humanos, referente às despesas geradas pela indenização de valores pagos a título de assistência médica, no valor de R\$ 96.149,29 (noventa e seis mil cento e quarenta e nove reais e vinte e nove centavos).

Id: 2107133

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste

documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.

Assinado digitalmente em Sexta-feira, 18 de Maio de 2018 às 02:13:50 -0300.